

União deve assumir dívida de estados

13 JUL 1996

CORREIO PAULISTANO

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, confirmou ontem que o governo federal poderá assumir a dívida mobiliária (em títulos) dos estados e municípios, que somava R\$ 38,5 bilhões em maio — último dado divulgado pelo Banco Central. “Estamos começando a estudar o assunto”, disse Portugal.

O modelo de tratamento da dívida mobiliária é semelhante ao já feito para as dívidas em contrato: o Tesouro assume as dívidas e as parcelas em longo prazo para os estados. Os estados com maior dívida mobiliária são: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

O crescimento da dívida mobiliária está provocando reações também no Senado, que tem a função

de zelar pelos limites de endividamento do setor público. Foi formada uma subcomissão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para tratar do assunto. “Essa questão está ficando obscena”, disse o senador Esperidião Amin (PPB-SC).

JUSTIÇA

Amin apontou com preocupação o fato de Pernambuco, que nunca teve dívida mobiliária, haver solicitado autorização do Senado para emitir R\$ 480 milhões em títulos. Ele reclamou também do pedido apresentado pelo governo de São Paulo, para emitir títulos no valor de R\$ 750 milhões para pagamento de decisões judiciais.

Apesar do voto contrário dele e de seu colega de bancada, Vilson

Kleinubing (PFL-SC), o pedido de São Paulo foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Falta, agora, passar pelo plenário do Senado.

Ao contrário dos estados mais pobres, que têm dívidas em contrato e as vêm pagando em pequenas parcelas, os estados com dívida mobiliária conseguem, no Senado, “rolar” suas dívidas sem desembolsar um centavo. Por essa razão, técnicos do Ministério da Fazenda acham que enfrentarão dificuldades para convencer os estados a adotarem uma solução para a dívida mobiliária. Não é essa, porém, a opinião de Murilo Portugal. “Eles estão numa situação cômoda, mas o endividamento está se agravando”, avaliou ele.